



MUNICÍPIO DE JOAQUIM TÁVORA - PR  
CNPJ/MF 76.966.845/0001-06  
Rua João Rodrigues de Almeida, nº 387, CEP: 86.455-000  
Fone: (43) 3559-1122  
www.joaquimtavora.pr.gob.br

---

**Comissão de Licitação**

**Portaria nº 831/2022**

**Assunto: Impugnação de Edital**

**Ref.: Processo Licitatório – Modalidade Pregão Eletrônico nº 090/2023 – Município de Joaquim Távora/PR**

Senhor Prefeito:

Em brevíssima síntese, apresentado foi pela pessoa jurídica YAMADIESEL COMERCIO DE MÁQUINAS - LTDA – CNPJ/MF nº 22.087.311/0001-72, impugnação em face do edital lançado do processo licitatório sob a modalidade e numeração acima elencada, o qual tem por objeto a compra/aquisição de 01 (uma) motoniveladora ‘nova - Zero KM’, tendo por objetivo o atendimento das necessidades e trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Obras, Transporte e Viação desta municipalidade.

Em brevíssima síntese, sustenta a impugnante que o edital lançado para tanto, devido as características do equipamento que pretendido é ser adquirido pelo ente público municipal, direcionado esta para uma marca/fabricante específica, pois somente tal fabrica o equipamento com as funcionalidades descritas na via convocatória. Complementa a impugnante suas razões no sentido de que o equipamento que comercializa possui as características e funcionalidades aptas a atender as demandas dos serviços públicos que são realizados pela Secretaria municipal local, uma vez que as diferenças detentoras do seu equipamento são mínimas e incapazes de influenciar de forma negativa e menos produtiva o desempenho na funcionalidade e utilização do equipamento na realização do trabalho/operação.

Pois bem, a peça impugnatória manejada merece conhecimento, uma vez que tempestiva. No mérito, melhor sorte não assiste a impugnante. Explica-se:

O questionamento da empresa impugnante debruça-se sobre as especificações exigidas pelo município licitante, sendo estas constantes no Termo de Referência do edital lançado (Anexo I):

***“a) potência líquida métrica mínima 195hp - potência líquida variável  
mínima 195 hp***



---

**b) servotransmissão de acionamento direto e controle eletrônico;**

**c) Lâmina de no mínimo 3,65 mm x 601 mm x 22 mm;**

**d) Tanque diesel mínimo de 300 litros;**

**e) Marcha mínimos de 8 a frente e 6 a ré;"**

Em sua visão e apontamento, tais exigências tornam o certame licitatório restritivo e direcionado, pois conforme afirma a impugnante, tão somente uma marca/fabricante detém equipamento com tais componentes/características:

*"As características do equipamento da forma que está descrito no edital indica possível direcionamento para a marca Cater Pillar."*

Razão não lhe assiste.

Primeiramente cumpre nos destacar que tais exigências, ou seja, quanto à potência, transmissão, dimensões de lâmina, capacidade do tanque de combustível e transmissão não de serem reconhecidos como características básicas do equipamento, uma vez que integram sua estrutura necessária e que todos os equipamentos neste seguimento possuem. E neste sentido, a fundamentação que aqui se exara há de se valer de amparo trazido pela própria impugnante em sua manejada peça processual:

*"O próprio Acórdão 214/2020 TCU – Plenário, supracitado, menciona a Nota Técnica do Ministério Público de Santa Catarina, como forma de subsidiar a decisão de anular a licitação que exigiu especificações restritivas, nos seguintes termos:*

*37. Por oportuno cabe destacar que consta nos autos a Nota Técnica do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) e do grupo especial anticorrupção (GEAC) 2/2017, do Ministério Público de Santa Catarina, que orienta aos promotores de justiça com atuação na área de Moralidade Administrativa no sentido de que, para a compra de máquinas pesadas, deve estar descrito no objeto do edital somente as características básicas do equipamento. E ainda delimita que, no caso de pá carregadeira, especifique somente potência mínima, peso operacional mínimo, volume mínimo da caçamba e dimensão mínima da sapata (peça 39, p.3-4). (Grifo nosso). Grifos no original e nossos.*

Portanto, ao contrario do entendimento sustentado pela impugnante, não há qualquer ilegalidade que possa a vir caracterizar restrição na competitividade e nem tão pouco direcionamento



constante no termo de referência, o qual tão somente especificou suas exigências sobre as **características básicas que qualquer equipamento desta espécie** (motoniveladora) é detentor.

Demais a mais, insta nos salientar que há outras marcas/fabricantes que disponibilizam no mercado equipamento que possuem as características exigidas no termo de referencia que compõe o corpo da via convocatória do processo licitatório, não sendo exclusividade de tão somente uma marca/fabricante. (Prospectos de Especificações anexos). Destaca-se ainda que a marca/fabricante a qual a pessoa jurídica impugnante representa possui diversos tipos do modelo do equipamento objeto do certame que se enquadra nas exigência requeridas.

Consultando o endereço eletrônico da impugnante (<https://www.yamadiesel.com.br/motoniveladora/>), observa-se que muito embora seja representante autorizado de uma determinada marca/fabricante, esta tão somente comercializa um modelo do equipamento (GR1803BR - <https://www.yamadiesel.com.br/wp-content/uploads/Folder-GR1803BR.pdf>) o qual, consultando a própria fabricante/marca (<https://www.xcmg-america.com/tipo-de-maquina/motoniveladoras/>), encontrado são 06 modelos de equipamentos, dos quais, 02 modelos atendem as características exigidas.

Portanto, cai por terra as razões da impugnante ao dizer que há um possível direcionamento ou restrição emitida por esta municipalidade no processo licitatório que promove. O que vê é que a empresa impugnante pretende apresentar e que seja o equipamento pretendido aquele que atende o modelo de maquina que esta comercializa, sendo que como representante exclusivo de uma marca/fabricante, pode muito bem comercializar os demais modelos produzidos por sua representada.

Lembrando ainda que processo licitatório em mesa é regido pela Lei 8.666/93 que ainda encontra-se em vigência, sendo que por mais que fosse o certame regido pela nova lei – Lei nº 14.133/21 – os atos administrativos ora realizados não caracterizariam se quer indícios ao que rezado é no art. 337- F do CP, pois as características exigidas para que o equipamento seja dotado, visam tão somente que a municipalidade utilize a verba pública otimizando o custo/benefício e a altura de atender à contento os trabalhos realizados em prol da população e, não longe, mas sim sem cogitação alguma de frustrar, fraudar e nem obter qualquer tipo de vantagem.

A impugnante ainda da a entender que é conhecedora das necessidades da Secretaria de Obras do município, ou seja, dos trabalhos a serem realizados pelo equipamento que se pretende adquirir.



MUNICÍPIO DE JOAQUIM TÁVORA - PR  
CNPJ/MF 76.966.845/0001-06  
Rua João Rodrigues de Almeida, nº 387, CEP: 86.455-000  
Fone: (43) 3559-1122  
www.joaquimtavora.pr.gob.br

Ora, ocorre que tão somente cada ente público é conhecedor dos diversos trabalhos que realiza, dos quais, cada qual é diferenciado um do outro, por que cada empreitada apresenta dificuldades próprias e inesperadas como é o caso de obras de manutenção de vias.

Portanto, há de se compreender que a compra de um equipamento com maior capacidade operacional trará melhor desempenho na prestação dos serviços a que vier a ser destinada, uma vez que poderá o equipamento/motoniveladora realizar desde os mais simples, até os mais complexos trabalhos que rotineiramente se apresentaram, como é o caso, por exemplo, de manutenção de estradas rurais, onde o município de Joaquim Távora/PR possui facilmente mais de 300 Quilômetros a serem mantidos.

Vale destacar que as especificações a serem exigidas não hão de ser insuficientes a ponto de permitir apresentações de propostas incompatíveis com as reais necessidades do ente municipal, como também não poderão ser demasiadamente detalhadas a dar ensejo a perquirir sobre a legalidade do procedimento no sentido de configuração de restrição da competitividade.

Neste sentido ensina Marçal Justen Filho:

*“A descrição do ‘objeto da licitação’ contida no edital não pode deixar margem a qualquer dúvida nem admite complementação a posteriori. Entre a opção de uma descrição sucinta e uma descrição minuciosa, não pode haver dúvida para a Administração Pública: **tem de escolher a descrição completa e minuciosa. Certamente, a descrição deve ser clara.** No caso, ‘sucinto’ não é sinônimo de ‘obscuro’. Se a descrição do objeto da licitação não for completa e perfeita, haverá nulidade, nos termos adiante apontados.” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Pág. 490. 15ª ed. São Paulo: Dialética, 2012) – Grifos nossos.*

Complementa o TCU no sentido de que a especificação do objeto a ser licitado há de ser precisa e suficiente (SÚMULA 177):

*“A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais, das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada em uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.”*



Há de se compreender que se trata o objeto do certame de equipamento dotado de especificações técnicas muitas e detalhadas, fato este que, em consonância com a doutrina e entendimento já sumulado pelo TCU, há de se valer o ente público licitante ao lançar em seu edital convocatório exigências claras e precisas, ação esta conforme ressalva insculpida no corpo do §5º do art. 7º da Lei 8.666/93:

*“Art. 7º A licitação é para a execução de obra e para a prestação de serviços obedecendo ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:*

*[...]*

*§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, **salvo nos casos em que for tecnicamente justificável**, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.” – Grifo nosso.*

Desta feita, os requisitos técnicos que se exige que o equipamento possua determinadas características mínimas e suficientes ao desempenho a que será submetido torna-se posição de extrema e necessária importância. E, conforme justificou a Secretaria Municipal, os serviços são muitos, diversos e de grande esforço operacionais pelo maquinário utilizado, pois constituem em recuperação e melhorias de vias urbanas e rurais, quais estas que ficam bastante danificadas em períodos chuvosos; serviços de terraplanagem em ramais vicinais. Destacou também que a necessidade de se adquirir um equipamento com maior capacidade operacional se dá por conta do alto número da demanda de serviços, que atualmente está sendo atendida por uma frota de maquinário insuficiente e envelhecida a atualidade encontrada, o que torna impreterivelmente necessário e totalmente justificável a aquisição de equipamentos de maior porte e elevada potência e capacidade.

Esquece ainda a impugnante de que a administração municipal, dentre tantos princípios basilares que há de respeitar e seguir, encontra-se o ‘Princípio da Eficiência’, o qual resume na melhor utilização do erário público. Vejamos:

*“O princípio da eficiência conubatancia a exigência de que o agente da coisa pública não economizem esforços no desempenho dos seus encargos, de modo a otimizar o emprego dos recursos que a sociedade destina para a satisfação das suas múltiplas necessidades; numa palavra, que pratiquem a “boa administração”, de que falam os publicistas italianos”. (Bandeira de Mello em Curso de Direito Administrativo, 28ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011. P. 884)*

E mais:



*“O que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento da necessidade da comunidade e de sua membro”. (grifo no original).”*

Lembrando que a administração pública possui discricionariedade em descrever a melhor oportunidade que lhe venha a atender e que o que configura o caráter restritivo na licitação não é absoluto, mas sim detentor de generalidades a admitir excepcionalidades que o caso em questão vier a apresentar.

Frise-se ainda que o edital do certame teve como norte orientador nas suas pretensões a apresentação de orçamentos por revendedoras das marcas fabricantes do equipamento pretendido, quais estes que demonstraram a existência de produto capaz de atender as necessidades elencadas. E como já aqui sustentado, até mesmo a própria empresa impugnante pode, através da marca/fabricante que representa trazer equipamento à altura do requisitado, pois na linha de modelos de sua representada, existe equipamentos/modelos que atende ao exigido. Mas não, sua pretensão é tão somente apresentar o único modelo que comercializa.

Outro ponto que merece realce é que, todo e qualquer item componente do maquinário que venha a possuir mais potência, maior capacidade de armazenamento, maiores dimensões e robustez irá proporcionar não só maior produtividade, eficiência e celeridade, como também economicidade sob o aspecto custo/benefício. Beira as margens do absurdo afirmar que, sendo as diferenças mínimas nas especificações técnicas que se exigiu, o que não é irrelevante a diferença obtida no resultado final na prestação dos serviços.

O proibido são condições que venham a frustrar a competitividade e não guardar consonância com a necessidade do licitante, mas não a imposição de condições que guardem pertinência ao interesse público a ser atendido.

E, demonstrado que há competitividade no mercado no item licitado por mais de uma fabricante (conforme prospectos de especificações anexas), incluindo a própria impugnante, evidente que ilegalidade alguma possui o certame.

A jurisprudência de nossos e. Pretórios não entendem conforme esboça a impugnante:



*“AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. LICITAÇÃO. AÇÃO ANULATÓRIA. TUTELA DE URGÊNCIA INDEFERIDA NA ORIGEM. EXIGÊNCIA DE VARIAÇÃO DE POTÊNCIA NA MOTONIVELADORA A SER ADQUIRIDA PELO MUNICÍPIO. ARGUIÇÃO DE DIRECIONAMENTO DE EDITAL. INOCORRÊNCIA. 1. Para que seja concedida a antecipação de tutela, é necessária a presença dos requisitos do art. 300 do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito e o risco de dano grave ou perigo ao resultado útil do processo. No caso concreto, o fumus boni iuris está ausente. 2. De fato, pelo procedimento licitatório, a Administração Pública visa a selecionar a proposta mais vantajosa para entabular contrato de seu interesse. Para tanto, é necessário permitir (e fomentar) a competição entre os interessados. **Todavia, isso não significa que a Administração Pública não possa fazer exigências contratuais que, eventualmente, venham a restringir o espectro de competição, desde, é claro, que a exigência esteja justificada e atenda ao interesse público.** 3. Hipótese em que a exigência de variação de potência na motoniveladora, objeto do certame, não implica em direcionamento da licitação, tampouco se mostra descabida ou excessiva. Parecer de órgão técnico do Município indicando a utilidade e pertinência da funcionalidade exigida. 4. Descabe... ao Poder Judiciário adentrar o mérito das decisões administrativas, interferindo na discricionariedade da Administração Pública, cabendo apenas a análise da legalidade dos atos. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.” ( Agravo de Instrumento Nº 70080766298, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 29/05/2019). – Grifos nossos.*

*“DENÚNCIA - PREGÃO PRESENCIAL - AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA - EXIGÊNCIAS DE ESPECIFICAÇÕES DO EQUIPAMENTO - ALEGAÇÃO DE DIRECIONAMENTO DO CERTAME - MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO TÉCNICO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS PELA AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE - IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA - ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 1) **No caso sob exame, a Unidade Técnica deste Tribunal verificou que três empresas de marcas diversas, apresentaram o equipamento em licitação conforme solicitado pelo órgão licitante, o que afasta as alegações da denúncia.** 2) Decide-se pela improcedência da denúncia e arquivamento dos autos, determinando-se a intimação da decisão às partes.” (TCE-MG - DEN: 873226, Relator: CONS. EDUARDO CARONE COSTA, Data de Julgamento: 08/11/2012, Data de Publicação: 21/03/2013) – Grifos nossos.*

*ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. AÇÃO DE RITO ORDINÁRIO COM PEDIDO LIMINAR. PREGÃO PRESENCIAL. PROCEDIMENTO DEFLAGRADO PARA AQUISIÇÃO DE UMA MÁQUINA MOTONIVELADORA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELO DA AUTORA. MÉRITO DO RECLAMO. INSURGÊNCIA QUANTO À EXIGÊNCIA DE QUE A MÁQUINA MOTONIVELADORA CONTENHA "LÂMINA COM SISTEMA HIDRÁULICO SENSÍVEL A CARGA DE TRABALHO" BEM COMO "TRANSMISSÃO COM 02 (DOIS) MODOS DE OPERAÇÃO (AUTOMÁTICA E MANUAL)". TESE DE QUE TAIS REQUISITOS ACARRETARAM O DIRECIONAMENTO E A LIMITAÇÃO DA COMPETIÇÃO. INACOLHIMENTO. EXIGÊNCIAS QUE NÃO SE DEMONSTRAM IMPERTINENTES OU INCOMPATÍVEIS COM AS FINALIDADES DA LICITAÇÃO.*



---

**REQUISITOS QUE GUARDAM ESTRITA RELAÇÃO COM O OBJETO DO CERTAME, BEM ASSIM COM OS FINS BUSCADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, POR SE TRATAR DE CONDICIONANTES NECESSÁRIAS À MELHOR EFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS. CADERNO PROCESSUAL, ADEMAIS, INDICANDO QUE VÁRIAS EMPRESAS ATENDEM ÀS EXIGÊNCIAS QUESTIONADAS PELA PARTE APELANTE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.** "[. . .] é relevante destacar que é perfeitamente cabível o ato convocatório adotar cláusulas restritivas da participação. Não há impedimento à previsão de exigências rigorosas nem impossibilidade de exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. **O que se veda é a adoção de exigência desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar ou prejudicar alguns particulares.**"(Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15. Ed. São Paulo: Dialética, 2012, fls. 80/81)." (TJ-SC - APL: 50005708520198240002 Tribunal de Justiça de Santa Catarina 5000570-85.2019.8.24.0002, Relator: Carlos Adilson Silva, Data de Julgamento: 20/07/2021, Segunda Câmara de Direito Público) – Grifos nossos.

E, sobre a alteração realizada pelo ente municipal após o lançamento do edital, ficou reconhecido que de fato, o que se exigiu quanto ao “monitoramento (gerenciamento) remoto do equipamento”, sendo este da marca “product link” que se assim permanecesse, direcionado e restrito estaria o certame, vindo posterior a ser suprimida tal exigência ao ponto de proporcionar a competitividade e participação de diversas marcas fabricantes.

Não há fundamentação legal nem tão pouco sustentação dizer que por tal retificação o edital fora lançado com a pretensão de direcionamento.

Observa-se ainda que a mudança juntamente ocorrida em relação a exigência do aumento da potencia do equipamento fundamentou-se na discricionariedade que detém o órgão público em suas escolhas a fim de obter a supremacia do interesse público sobre o particular. Complementa-se ainda que a alteração quanto a potência do equipamento se deu pela percepção dos diversos trabalhos pesados que o equipamento haverá de realizar onde, poderá, por obvio realizar trabalhos que exigiram menor esforço da máquina. Proporcionado assim estará a máxima: “o que pode o mais, pode o menos”.

Ante o exposto, sob o amparo da fundamentação invocada na presente, o qual se por doutrina e jurisprudência de nossos e. Pretórios, manifesta esta comissão licitante pelo conhecimento da impugnação apresentada, uma vez que tempestiva e, no mérito, pelo seu **INDEFERIMENTO**, mantendo-se hígido o edital – PE nº 090/2023 - do respectivo certame conforme publicado.





MUNICÍPIO DE JOAQUIM TÁVORA - PR  
CNPJ/MF 76.966.845/0001-06  
Rua João Rodrigues de Almeida, nº 387, CEP: 86.455-000  
Fone: (43) 3559-1122  
www.joaquimtavora.pr.gob.br

---

Joaquim Távora, 18 de agosto de 2023.

DEIWITI DE  
ALMEIDA:02905682930

Assinado de forma digital por  
DEIWITI DE ALMEIDA:02905682930  
Dados: 2023.08.18 16:11:37 -03'00'

**DEIWITI DE ALMEIDA**

**OAB/PR 41.977**

**Presidente – Comissão de Licitação**

**Portaria nº 831/2022**

Estando de acordo com o posicionamento adotado pela Comissão de Licitação deste município, **RATIFICO** o presente:

REGINALDO

VILELA:56620900925

Assinado de forma digital por  
REGINALDO VILELA:56620900925  
Dados: 2023.08.18 16:11:57 -03'00'

---

**REGINALDO VILELA**

**PREFEITO MUNICIPAL**